

## OS ARGUMENTOS DOS VERBOS *COMPRAR* E *VENDER* EM CONTEXTO DE USO

Lúcia Helena Peyroton da Rocha\*

**Resumo:** Este artigo apresenta parte do estudo que desenvolvemos em nosso estágio pós-doutoral, na Universidade Federal de Minas Gerais. Dentro do universo de verbos de posse pesquisados, elegemos *comprar* e *vender*, para apresentarmos a análise, a descrição e as possíveis explicações do seu funcionamento, levando em conta a língua em uso, em sua modalidade escrita. Para tanto, adotamos como referenciais teóricos a Gramática de Valências (BORBA, 1996) e os Parâmetros de Transitividade de Hopper e Thompson (1980). O *corpus* se constitui de textos da Revista Veja de 21 de novembro de 2012. Esses textos são de natureza opinativa, informativa *etc.* que objetivam convencer o leitor a aderir às ideias veiculadas. Por essas características e objetivos dos textos em questão, interessou-nos compreender como a transitividade se realiza e como os argumentos dos verbos *comprar* e *vender* se manifestam. Esses verbos selecionam, preferencialmente, os dois argumentos, a saber: (i) *agente*, intencional e que tem o controle sobre a ação de *comprar* e de *vender*; e (ii) *objeto afetado*; como atestam os exemplos: *Ana comprou o carro* e *Pedro vendeu o apartamento*, porém nos dados, embora o objeto selecionado tenha o traço [+concreto], apresenta características que o distancia do escopo dos bens materiais que estão comumente presentes em ambiência linguística em que esses verbos ocorrem (*cf. A mãe vendeu o bebê / Ele vendeu o rim*).

**Palavras-chave:** Verbos comprar e vender. Argumento. Funcionalismo. Valência.

**Abstract:** *This study is part of a larger postdoctoral research carried out at Universidade Federal de Minas Gerais. From a corpus of possession verbs, we selected ‘comprar’ and ‘vender’ as the focus of our analysis, which attempts to describe their function in authentic written texts. Our theoretical framework was drawn from the Valency Grammar (BORBA, 1996) and Hopper & Thompson's transitivity parameters (1980). The corpus was composed by texts from the November 21<sup>st</sup>, 2012, Veja, a Brazilian weekly news magazine. The texts ranged from informative to argumentative and shared the purpose of convincing readers to adopt the writer's viewpoints. This persuasive nature of the texts led us to analyze how transitivity is realized in the sample and how the persuasive function of *comprar* and *vender* is manifested in the texts. These verbs were found to use two arguments, namely: (i) *agent*, intended, and controlling the action of *comprar* and *vender*; (ii) *affected object*, as attested by the examples *Ana comprou o carro* and *Pedro vendeu o apartamento*. However, the data gathered showed that although the selected object has the [+concrete] trace, its semantic features distance it from the general meaning of *material goods*, which is generally present in*

---

\* Professora Doutora do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil, lhpr@terra.com.br

the linguistic contexts where these verbs occur (e.g. *A mãe vendeu o bebê / O rapaz vendeu o rim*).

**Keywords:** Buy and sell verbs. Argument. Funcionalism. Valency.

## **Introdução**

O objetivo deste artigo é apresentar parte do estudo que desenvolvemos em nosso estágio pós-doutoral, na Universidade Federal de Minas Gerais. Dentro do universo de verbos de posse estudados, elegemos os verbos *comprar* e *vender*, para apresentarmos a análise, a descrição e as possíveis explicações do seu funcionamento no uso efetivo da língua, em sua modalidade escrita. Para tanto, adotamos como referenciais teóricos: a gramática de valências de Borba (1996) e os Parâmetros de Transitividade de Hopper e Thompson (1980). O *corpus* se constitui de textos da Revista Veja de 21 de novembro de 2012.

Acreditamos que em função do tema dos textos da Revista Veja, nas editorias selecionadas, os verbos *comprar* e *vender* tenham selecionado argumentos, tais como: virgindade, voto, rim *etc.*, diferentes daqueles comumente encontrados em eventos comerciais, em que *alguém compra* ou *vende bens materiais*, tais como: carro, casa, lote *etc.* conforme se vê em: (...) *eu comprei três lotes do terreno*.

Para a discussão teórica, fazemos um percurso, partindo da gramática tradicional, passando pela abordagem valencial e apresentando a perspectiva funcionalista que norteia nossa análise dos dados.

## **A transitividade verbal na gramática tradicional**

O estudo empreendido teve como ponto de partida as abordagens sobre transitividade de Said Ali (1964), Cegalla (1979), Rocha Lima (1984) e Kury (1993).

A transitividade é concebida como uma propriedade do verbo, nas gramáticas tradicionais. Além disso, os autores desses manuais de gramática, ao tratarem dos verbos quanto à predicação, adotam concepções diferentes.

Said Ali (1964), por exemplo, acolhe sob o rótulo de intransitivos, tanto os verbos considerados pela maioria dos autores como intransitivos, quanto alguns verbos considerados pela NGB (1959) e seus seguidores como verbos transitivos indiretos. Nessa perspectiva classificatória, estão os verbos *depende* e *competir*, nos seguintes exemplos: *O bom resultado depende do esforço / O ensino compete ao mestre*. Ainda que a proposição de Said Ali (1964) esteja respaldada pela concepção latina de transitividade por ele adotada, não atenua o problema que envolve a questão.

A definição de transitividade registrada pelo autor orienta-se pela noção de completude *versus* incompletude verbal que pode ser "presentificada tanto nos verbos transitivos como nos intransitivos, admitindo-se que o termo objeto indireto pode ser aplicado "[...] também às expressões preposicionadas que completam o sentido de verbos intransitivos" (SAID ALI, 1964, p. 94, *apud* SAIB, 2008, p. 15).

Cegalla (1979) elenca como *essencialmente intransitivos* os verbos *sonhar, morrer, amanhecer, durar, morar, viver, ir, vir, chegar etc.* Nessa abordagem, há pelo menos dois problemas: (i) não é boa técnica gramatical classificar o verbo, quanto à predicação de forma descontextualizada, ou seja, tal classificação só dever ser feita no contexto frasal; (ii) não é adequado também colocar no mesmo rol verbos de natureza tão diferente. Dessa forma, o autor deveria apresentar aqueles verbos pelo menos dentro de frases e agrupá-los por semelhanças, assim: *morar, vir e ir* fariam parte do grupo que exige complemento locativo; e, *sonhar, amanhecer etc.* fariam parte de um outro grupo.

Rocha Lima (1984) define o verbo intransitivo como aquele que "tem predicação completa". Vale ressaltar que esse gramático acolhe o verbo *morar* no capítulo sobre complemento circunstancial, apontando para o fato de esse verbo exigir um complemento locativo.

Tratamento semelhante ao de Rocha Lima (1984) é encontrado na abordagem de Kury (1993) de quem será transcrita a passagem a seguir:

Certos verbos de movimento ou de situação (como chegar, ir, partir, seguir, vir, voltar, estar, ficar, morar, etc.), quando pedem um COMPLEMENTO ADVERBIAL DE LUGAR que lhes integre o sentido, embora tradicionalmente classificados como intransitivos, devem ser considerados transitivos, desde que se entenda por TRANSITIVIDADE a necessidade de um complemento que vem acabar uma idéia insuficiente em si mesma (KURY, 1993, p. 32).

Kury (1993), ao tratar dos complementos verbais, define o complemento adverbial como o termo de valor circunstancial que completa a predicação de um verbo transitivo adverbial. É expresso por um advérbio, locução ou expressão adverbial.

Esse levantamento, mesmo que tenha sido breve, já evidencia o problema conceitual que envolve os verbos quanto à predicação. A proposição de Said Ali (1964) parece levar em conta também o conceito latino de transitividade, em que *transitivus - transitare*, quer dizer *passar, ir além*, ou seja, o verbo transitivo tem uma passiva correspondente (como se vê em: *João comprou a gramática > A gramática foi comprada por João*); já o intransitivo não, talvez por isso, Said Ali, tenha considerado como intransitivo, aqueles verbos considerados como transitivos indiretos pela maioria dos gramáticos. Retomando um dos exemplos do autor: *O resultado depende do esforço > \*O esforço é dependido do resultado*, ratificamos a impossibilidade de obtermos uma oração correspondente na estrutura de passiva.

Já Rocha Lima e Kury, ao ampliarem a noção de transitividade, buscando resolver um problema que envolve noções de complementos e adjuntos, ainda que se orientem por um critério apenas semântico, resolve em parte a questão dos elementos codificadores de lugar que são simples *adornos, acessórios*, para muitos gramáticos. Para os gramáticos que compartilham dessa proposição, a ausência desses elementos nas orações não traz nenhum prejuízo para a compreensão das mesmas. Mas se observarmos o exemplo a seguir: *Ana mora em Vitória*, extraído dele apenas o suposto elemento *acessório*, o resultado será uma frase agramatical, como se vê em: *\*Ana mora*.

A complexidade que envolve a noção de (in)transitividade e a divergência classificatória observada nas gramáticas e nos dicionários de língua portuguesa apontam para a necessidade de se buscar, a partir de um referencial teórico, uma orientação que nos permita compreender melhor o fenômeno de (in)transitividade. Por isso, buscamos na gramática de

valências de Borba (1996) e no funcionalismo linguístico, sobretudo na proposição de Hopper e Thompson (1980), a ferramenta que nos permite descrever e explicar esse fenômeno.

### **A centralidade do verbo**

O verbo para Chafe (1970) é tão importante que ocupa uma das duas grandes áreas do universo conceptual humano. Ele dicotomiza esse universo nas duas grandes áreas, a saber: a do verbo e a do nome. A do verbo engloba estados (condições, qualidades) e eventos. Dessa proposição decorre a centralidade do verbo, respaldada anteriormente por Tesnière (1965, [1959]) e, posteriormente, por Fillmore (1968), Ignácio (2002), Borba (1996) entre outros. Na perspectiva adotada por esses autores, o verbo é o centro estruturador da oração, a partir do qual a oração se organiza. Desse modo, o sujeito se coloca no mesmo nível de realização sintática, configurando-se igualmente como um complemento do verbo.

Assim como os demais estudiosos, Vilela (1992) também confere ao verbo um papel central na constituição de expressões linguísticas, tanto no nível da frase como no nível do texto. A sua análise move-se na direção da perspectiva teórica de Helbig (1982) e de Fillmore (1968), no que tange aos papéis temáticos.

### **Os verbos *comprar* e *vender* codificadores de posse**

É de Vilela (1992, p. 135-136) que tomamos emprestado o conceito de relação de posse. Para ele, essa relação se dá entre um indivíduo e algo que este indivíduo dispõe ou de que pode dispor: um objeto. Esse objeto pertence à classe das coisas inanimadas (*comprar ou vender um carro*), ou à classe dos seres vivos (*comprar ou vender coelho, cachorro, gato*), ou, em condições bem determinadas, à classe das *pessoas* em: (i) exemplo de Vilela: *comprar, vender escravos*; ou, em (ii) exemplo extraído do Jornal *Folha de S. Paulo*: *Casal de chineses vende filha para comprar Iphone (Folha de S. Paulo, 20-10-2013)*.

Dentro do escopo dos verbos codificadores semânticos de posse, encontram-se *comprar* e *vender* que se inserem em cenas de evento comercial em que devem participar: *comprador, vendedor, bens e dinheiro*, como pode-se observar em: (a) *Pedro comprou o*

carro da Concessionária por R\$100.000,00 e (b) O funcionário da Hyundai vendeu o carro para Pedro por R\$100.000,00.

Em (a), *Pedro adquiriu* pelo valor de R\$100.000,00 o carro de uma determinada concessionária; ao passo que em (b) o funcionário de uma determinada concessionária *transferiu o carro por meio de valor estipulado*. Nos dois exemplos, Pedro passa a ter a posse do bem (= o carro).

O evento comercial, do qual os verbos *comprar* e *vender* fazem parte, prevê um sujeito com o traço [+humano], dotado de intenção de *comprar* ou de *vender algo* e para realizar uma ou outra ação é necessário ter o *dinheiro* que viabilizará a transação comercial; o *objeto* a ser comprado ou vendido é um bem material. Porém, no *corpus* utilizado para análise, neste artigo, observamos que o objeto da compra ou da venda foge ao escopo do bem material que, via de regra, figura nesse evento comercial. Trata-se, portanto, de objetos como: *virgindade, voto, apoio parlamentar, rim, cabelo, bebê etc.*

### **Os argumentos dos verbos *comprar* e *vender***

Abreu (2003) entende a estrutura argumental como uma estrutura virtual de relação. Para ele, "cada vez que nos lembramos de um verbo, surge em nossas mentes, intuitivamente, um conjunto de 'lugares virtuais' que sabemos, por intuição, que devem ser preenchidos" (ABREU, 2003, p. 79).

O verbo *comprar*, por exemplo, no sentido de *adquirir a posse de algo por certo preço*, poderia ter a seguinte configuração: a) *alguém que compra* (= um agente, aquele que desencadeia a ação, com os traços: +humano; +intencional); b) *algo que é comprado* (= um objeto, com o traço: +concreto). Com esse sentido, o verbo *comprar* teria dois argumentos, como atesta o exemplo: *Os doadores compraram caminhões*.

Abreu (2003) subcategoriza os argumentos em *essenciais*, que são aqueles que formam a rede argumental essencial do verbo e *não-essenciais*, que são aqueles que somados aos essenciais, formam com eles, a rede argumental total do verbo, em uma situação de predicação (ABREU, 2003, p. 81).

Em nosso exemplo, a rede argumental essencial é o agente e o objeto, e poderia ter como rede argumental total: *o lugar*, onde a compra foi realizada ou a pessoa de quem *Os doadores compraram caminhões*. Isso aponta para a necessidade de discutirmos, ainda hoje, a noção de complementos e de adjuntos, conceitos obscuros na gramática tradicional.

Helbig (1992), citado por Cavalcante (1997), propõe três grandes tipos de elementos que se relacionam com os verbos: a) os complementos obrigatórios: são aqueles determinados pela valência e que, em geral, não são dispensáveis nas ocorrências de enunciados; b) complementos facultativos: são também determinados pela valência, mas são dispensáveis no contexto comunicativo; c) adjuntos livres: não são determinados pela valência e podem acrescentar-se livremente a qualquer verbo, desde que haja compatibilidade semântica.

Cavalcante (1997) apresenta a subdivisão de Helbig (1992) para os complementos facultativos. Esses complementos podem ser *definidos* ou *indefinidos*. Para Cavalcante (1997), essa subdivisão seria condicionada por fatores comunicativos pragmáticos. Os *definidos* são recuperáveis no contexto linguístico imediato e os *indefinidos* não são recuperáveis no contexto imediato. Um exemplo de complemento *definido* pode ser visto no diálogo extraído do Programa Na Moral, exibido em 11 de julho de 2013, na Rede Globo: Pedro Bial pergunta para Sérgio Bessernam, economista convidado do Programa Na Moral: - *Qual é a diferença entre vender e alugar o corpo?* - Sérgio responde: - *Você aluga, você recebe de volta, e se você vender?* Neste caso, o *slot* ou casa vazia (complemento) do verbo *vender* é *o corpo*, complemento expresso na pergunta de Pedro Bial, dessa forma, facilmente recuperável.

A noção de valência é fundamental para a discussão sobre a estrutura argumental. Croft (1991, p. 99), por exemplo, considera a valência como *relacionalmente inerente*. Payne (1997, p. 169-170), por sua vez, caracteriza a valência, a partir do número de participantes que atuam no 'palco'; ou seja, na cena expressa pelo verbo. Cita como exemplo o verbo *eat / comer* do inglês, considerando-o de valência dois, pois tem dois argumentos, como vemos a seguir: *alguém que come* (= um agente) e a *coisa comida* (= um objeto). Isso é o que ele chama de valência semântica. Para ele, a valência sintática é responsável pelo número de argumento presente em qualquer oração. Reconhece a flutuação valencial, no que tange ao

número de argumentos (valência quantitativa ou sintática) que o verbo *eat / comer* pode ter, uma vez que no exemplo: *A criança já comeu*, o verbo tem apenas um argumento: *a pessoa que come*.

Borba (1996) propõe a gramática de valências para a língua portuguesa, designando-a também por gramática de dependências ou ainda teoria dos predicados. Adota a centralidade do verbo postulada por Tesnière (1965 [1959]).

Segundo o princípio da centralidade do verbo, a oração se estrutura a partir da valência verbal, ou seja, cada verbo exige um determinado número de elementos, com determinadas características sintático-semânticas, que com ele compõem a oração. Esses elementos são constituintes obrigatórios que vão preencher as *casas vazias* da estrutura oracional. Na gramática de casos, esses elementos desempenham determinadas funções semânticas como *Agente, Paciente, Instrumental etc.* que ao assumirem as funções de constituintes oracionais são também chamados de argumentos.

Borba (1996) utiliza o termo valência nos três níveis, a saber: **1° - valência quantitativa** – diz respeito aos números de Argumentos (**As**) que um Predicado (**P**) pode ter. **2° valência sintática ou morfossintática** – refere-se à natureza morfossintática dos elementos que constituem os Argumentos. **3° valência semântica** – os papéis semânticos e traços que caracterizam os argumentos decorrem das propriedades semânticas dos verbos. O verbo *comprar*, por exemplo, seleciona um sujeito *Agente* (+animado, +humano); com dois complementos apagáveis: um expresso por nome concreto e outro, da forma **a/de** + nome **humano**, significa *adquirir algo por meio do dinheiro: Paulo comprou um cavalo de João*.

Este modelo de análise, ao eleger o verbo como um elemento frásico central, coloca-se como um instrumental analítico muito importante, porque evidencia as relações de dependência que se estabelecem, por exemplo, entre os verbos *comprar* e *vender*, objetos de nosso estudo, e os seus participantes nos eventos linguísticos. Além disso, o fato de a gramática de valências ser um modelo que leva em conta a estrutura argumental dos verbos no uso, adicionando à perspectiva sintática um enfoque semântico, a torna uma proposta passível de suprir algumas limitações da análise proposta pela gramática tradicional.

### **Os Parâmetros de Transitividade de Hopper e Thompson (1980)**



Para Hopper e Thompson (1980), a transitividade refere-se à transferência de uma ação de um agente para um paciente e, por conseguinte, quanto mais efetiva for a transferência mais transitiva será a sentença. Para aferir a transitividade, eles propõem dez traços sintático-semânticos que, de forma binária, evidenciam a natureza escalar do fenômeno da transitividade. Nesse sentido, a transitividade atinge o seu grau máximo, quando os dez parâmetros são pontuados positivamente. Ao contrário disso, se os dez traços são marcados negativamente têm-se um grau zero de transitividade.

Os dez parâmetros formulados por Hopper e Thompson (1980) estão no quadro a seguir:

COMPONENTES	ALTA TRANSITIVIDADE	BAIXA TRANSITIVIDADE
Participantes	Dois ou mais	Um
Cinese	Ação	Não ação
Aspecto	Perfectivo	Não perfectivo
Pontualidade	Pontual	Não Pontual
Intencionalidade	Intencional	Não intencional
Polaridade da oração	Afirmativa	Negativa
Modalidade da oração	<i>Realis</i>	<i>Irrealis</i>
Agentividade	Agentivo	Não agentivo
Afetamento do objeto	Objeto totalmente afetado	Objeto não afetado
Individuação do objeto	Objeto individuado	Objeto não individuado

**Quadro 1:** Parâmetros de Transitividade de Hopper e Thompson (1980)

Este modelo de análise proposto por Hopper e Thompson (1980), na perspectiva funcionalista da linguagem, fornece, a partir da aplicação dos dez parâmetros, um aparato de análise em que fica evidente a plasticidade e a maleabilidade da língua, uma vez que as escolhas das estruturas, bem como dos elementos que se manifestarão ou não, que estarão mais salientes ou não, dependem totalmente das intenções e propósitos comunicativos dos falantes em função do que pretendem comunicar.

A transitividade é, no funcionalismo, associada a uma função discursivo-comunicativa, condicionada por fatores sintáticos, semânticos e discursivos, que reflete a maneira como o falante estrutura o seu discurso para atingir seus objetivos comunicativos. Por essa razão, consideramos os textos escolhidos para análise importantes, como mostraremos a seguir na análise dos dados.

### **O corpus em análise**

As formas linguísticas são motivadas por fatores de natureza comunicativa, social, cognitiva, estrutural e histórica. Esses fatores, em conjunto, atuam de modo diverso nos diferentes contextos de comunicação, complementando-se em uns casos e anulando-se em outros. Daí, a necessidade de se adotar uma metodologia que considere a interdependência desses fatores e também sua atuação contextualmente diferenciada (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZÁRIO, 2003).

Nesse sentido, para compreendermos melhor o fenômeno da transitividade dos verbos de transferência de posse: *comprar* e *vender*, fizemos uma análise, a partir das duas perspectivas teóricas, a saber: funcionalista da linguagem, em especial os parâmetros de Transitividade propostos por Hopper e Thompson (1980) e da gramática de valências de Borba (1996). O *corpus* escolhido constitui-se da capa da revista; Carta ao Leitor, intitulada Os limites éticos do mercado (p. 12); textos da Editoria Brasil: Nem tudo se compra (p. 72-73); Crítica da razão econômica (p. 74-78); uma entrevista (p. 78-79), todos da Revista Veja, Edição 2296, de 21 de novembro de 2012. Os verbos foram observados na versão impressa da revista e sua análise segue a ordem em que ocorrem os verbos *comprar* e *vender* nos textos de Veja.

Esses textos são de natureza opinativa, informativa *etc.* e objetivam convencer o leitor a aderir às ideias veiculadas. Por essas características e objetivos dos textos, interessou-nos compreender como a transitividade se realiza e como os argumentos dos verbos *comprar* e *vender* se manifestam.

## **Os verbos *comprar* e *vender* nos textos de *Veja* (Edição 2296 - Ano 45 - nº 47 - 21 de novembro de 2012)**

Nos textos da Revista *Veja*, da edição em foco, os verbos *comprar* e *vender* foram usados trinta e duas vezes, assim distribuídos: comprar (14 vezes) e vender (18 vezes).

### **Capa da revista**

Tófoli e Gomes (2012, p. 6-7) afirmam que "a capa é essencial para chamar à atenção do leitor. A capa é a vitrine da revista. Por isso, há que se ter muito critério quanto ao uso das cores, das imagens e das fontes." Adicionamos a isso, a importância das escolhas lexicais e também das estruturas linguísticas eleitas para figurarem nesse espaço (capa), com vistas a causar maior impacto social e obter, cada vez mais, a adesão de novos leitores.

Consideramos importante descrever a capa da revista, uma vez que na relação entre imagem e o texto da manchete o propósito comunicativo emerge.

Nesta edição, a Revista *Veja* tem em sua capa duas pequenas chamadas em sua parte superior e traz como manchete principal, ocupando a metade da capa *Ela vendeu a virgindade - será que estamos virando uma sociedade em que - tudo se compra? voto, apoio parlamentar, cidadania, justiça, sangue, rim, bebês...* Na outra metade, está a imagem (foto) da catarinense Ingrid Migliorini, de 20 anos, que virou notícia, depois de anunciar que iria leiloar sua virgindade por 1,6 de reais. Essa imagem não mostra o rosto da jovem, mas o seu corpo bem exposto. Há na parte inferior do abdômen, do lado esquerdo, um código de barras, exibido por Ingrid.

A ocorrência dos verbos *vender* e *comprar*, na manchete de capa, bem como as estruturas (ativa e passiva) da qual fazem parte esses dois verbos, não se deu ao acaso, haja vista que estão grafadas com letras maiúsculas e em vermelho, ganhando destaque na capa.

Na gramática tradicional, a transitividade está diretamente ligada à transferência de uma atividade de um agente para um paciente e fica circunscrita ao verbo. Nesse sentido, na primeira oração da manchete *Ela vendeu a virgindade*, em que há um sujeito: ela = Ingrid

Migliorini; uma ação expressa pelo verbo *vender* e um objeto: a virgindade; o verbo é considerado transitivo direto.

Borba (1996) subcategoriza os verbos, na perspectiva sintático-semântica, propondo uma classificação em: ação, processo, ação-processo e estado. No exemplo acima, o verbo *vender* comporta-se como ação-processo, uma vez que indica um fazer por parte do sujeito (+agente; +intencional; +controlador) e um acontecer em relação ao objeto.

Segundo Hopper e Thompson (1980, p. 251-252), a transitividade pode se dar sem que haja os três elementos. Os autores explicam o fenômeno de transitividade a partir da formulação dos dez parâmetros apresentados anteriormente. A transitividade é concebida por Hopper e Thompson como um universal discursivo-comunicativo, cujas propriedades são discurso-determinadas. Os autores veem a transitividade como uma noção contínua, não-categórica, escalar, aferida a partir do comportamento dos vários elementos que compõem a sentença. Nesse aspecto, essa abordagem também diferencia-se da visão tradicional do fenômeno.

A análise da primeira oração da manchete, *Ela vendeu a virgindade*, evidencia a alta transitividade, como mostraremos a seguir: Há dois participantes; uma ação realizada intencionalmente por ela, Ingrid Migliorini; o verbo é perfectivo; pontual; a polaridade é afirmativa; a modalidade é *realis*; o objeto é afetado e, parcialmente, individuado. Por isso, ocupa um lugar alto na escala de Transitividade.

A outra oração da manchete que nos interessa analisar é: *tudo se compra?*

Essa sentença ocupa também um lugar de destaque na capa da revista, está escrita com letras maiúsculas, em vermelho, e localiza-se na altura do corpo da jovem, onde está o código de barras.

Segundo Tófoli e Gomes (2012, p. 12), a Revista Veja utiliza, recorrentemente, "recursos semióticos que causam impacto e atraem o leitor, despertando-lhe a curiosidade. O uso da cor vermelha (...) também se apresenta como recurso atrativo, dado o fato de a cor ser chamativa e causar alerta".

A ocorrência dos verbos *vender* e *comprar* evidencia uma escolha cuidadosa da revista que pretende causar impacto ao protagonizar um grande tema inaugurado, a partir da manchete, em que se destacam as duas sentenças: *Ela vendeu a virgindade* e *Tudo se compra?*

Do ponto de vista sintático, a oração em tela está subordinada a uma oração principal que introduz a pergunta: *Tudo se compra?* Funcionalmente restringe *uma sociedade* (cf. Será que estamos virando uma sociedade em que tudo se compra?). Ao lançar a pergunta hipotetizada por meio do uso do elemento introdutor do questionamento *será que* (expressão que indica possibilidade, em oração interrogativa), a Revista Veja busca com os possíveis leitores uma parceria, uma atitude de co-responsabilidade para achar a solução do problema. É como se a Revista esperasse os leitores responderem se estamos ou não virando uma *sociedade em que tudo se compra*, porém ao analisarmos todos os textos que abordam o mesmo tema, nesta edição de Veja, observamos que a própria Revista não foge ao seu propósito de formadora de opinião.

A manchete faz uma pergunta e tem como estrutura uma passiva sintética (...) *tudo se compra?* O pronome indefinido *tudo* de significação imprecisa funciona como sujeito da passiva. Na manchete, o elemento *tudo* é tematizado e, em menor destaque, escrito com letras pretas e pequenas, há uma lista de coisas que têm sido vendidas: (*voto, apoio parlamentar, cidadania, justiça, sangue, rim, bebês...*). As reticências no final podem significar que essa lista é aberta e poderá ser preenchida pelo leitor.

Como vimos, na primeira parte da manchete *Ela vendeu a virgindade*, o evento foi primeiramente comunicado/informado, a partir do ponto de vista do agente: *Ela* (Ingrid Migliorini), ao passo que, na segunda parte, em *Tudo se compra?* é o paciente, codificado sintaticamente como sujeito, que ganha destaque, assumindo o lugar de tópico.

As diferentes perspectivas das orações mais salientes que constituem a manchete mostram já, na capa, o posicionamento do veículo frente ao polêmico assunto que além de matéria de capa, ganha mais dez páginas distribuídas em: uma carta ao leitor, duas reportagens e uma entrevista.

## **Carta ao Leitor**

O gênero *Carta ao Leitor* aborda temas polêmicos. Geralmente faz propaganda de reportagens que irão figurar na revista, como se vê em: "Uma reportagem desta edição de

Veja dedica-se a refletir sobre os limites éticos do mercado como mediador das relações humanas" (p. 12).

Trata-se de um gênero textual, da esfera discursiva jornalística, que não é assinado. Concordamos com Gritti (2010, p. 10) que, por não ser assinado, o "autor é a voz da revista em si, rebatendo os ataques e defendendo-a, buscando também uma aprovação do leitor com relação às suas reportagens referenciadas."

Pinto (2004, *apud* GRITTI, 2010, p. 10) afirma que esse gênero *Carta ao Leitor* tem características de um editorial, sendo que o formato carta é um recurso utilizado para se tornar familiar e interativo com o leitor, com o intuito de expor um discurso teórico. Assim o que se nomeia *Carta ao Leitor* não tem relação com o gênero carta, tal como é conhecida, por exemplo, a carta familiar, por isso a ausência dos elementos da carta. E, assim, mesmo tendo o nome carta, não quer dizer que seja uma carta. Nessa mesma direção, Silva (2007, *apud* GRITTI, 2010, p. 10), também, confirma que esse gênero é um editorial da Revista Veja e serve de espaço para criar o *sujeito Veja*:

[...] que oculta os efetivos autores dos projetos defendidos na revista (sua atuação partidária). Também é espaço de reafirmação de ideias centrais a fixar, e a reafirmação do papel da revista como 'porta-voz', indicadora de caminhos: Veja 'cria o problema e mostra como resolvê-lo' (SILVA, 2007, p. 94, *apud* GRITTI, 2010, p. 10).

Na *Carta ao Leitor*, desta edição, intitulada *Os limites éticos do mercado*, o *autor*, a própria voz da revista, se dirige aos seus interlocutores, os leitores da revista, para anunciar as vendas e as compras que fogem ao escopo do evento comercial prototípico em que os verbos *comprar* e *vender* figuram. O verbo *comprar* ocorre quatro vezes e *vender*, uma. Essa escolha não é neutra, nem mesmo as estruturas onde os verbos estão inseridos são, como mostraremos a seguir.

O verbo *comprar* em: "A ideia mais aceita é que o dinheiro pode, efetivamente, **comprar** tudo - até amor verdadeiro (p. 12)" seleciona um sujeito inativo e o pronome indefinido *tudo*, que codifica sintaticamente o objeto direto e configura-se como um verbo de valência dois. Observando o comportamento sintático-semântico desse verbo, na orientação de Borba (1996), para a gramática de valências, é ação-processo, há uma entidade

instrumental [-intencional, +controlado], codificada sintaticamente como sujeito, que pressupõe um agente que o manipule. É valência dois.

Na escala de transitividade, a sentença caracteriza-se como transitivamente baixa, uma vez que dos dez parâmetros, apenas dois se aplicam. Isso mostra que o *autor* da carta para apresentar o tema polêmico parte de uma frase que faz parte do senso comum, cuja autoria é atribuída a Nelson Rodrigues: Dinheiro compra tudo, ao inserir na frase o advérbio *efetivamente* ratifica uma retomada do que já foi dito anteriormente por alguém. Trata-se de uma frase já conhecida dos leitores.

Pela natureza dessa frase, o verbo *comprar* tem como argumentos um sujeito que foge ao prototípico, porque é dinheiro que é codificado como tal e um segundo argumento: que é o pronome indefinido: *tudo*, que significa a totalidade das coisas, codifica sintaticamente o objeto direto.

Como vimos, esta *Carta ao Leitor* trata também de assuntos de edições anteriores, mas que por serem polêmicos, e não estarem resolvidos, ainda ocupam lugar de destaque, conseqüentemente, mantém o interesse social. Em: *A ação dos mensaleiros, que no topo do primeiro mandato do governo Lula compraram voto de parlamentares no Congresso Nacional, é outro evento que...* (p. 12), há uma retomada de um assunto amplamente discutido na mídia (o escândalo do mensalão).

A análise desse excerto à luz do funcionalismo, na proposição de Hopper e Thompson (1980), evidencia uma sentença altamente transitiva, em que o verbo *comprar* seleciona um agente, que age intencionalmente e de forma corrupta, codificado sintaticamente como sujeito: os mensaleiros; há dois participantes e uma ação, efetivamente, realizada. Logo, o aspecto do verbo é perfectivo, pontual. A polaridade é afirmativa. Quanto à modalidade, é *realis*. O objeto é afetado e individuado, uma vez que se caracteriza como: concreto, singular, contável e referencial, definido, visto que se trata de voto de parlamentares do Congresso Nacional, não de um voto qualquer.

Já em outras partes da carta, como podemos ver a seguir: *Essa linhagem pode ser reunida em torno do consenso de que quem acha que pode comprar tudo na verdade não valoriza nada. Vender a virgindade e comprar o apoio de partidos políticos são duas atitudes que revelam em seus autores a mesma concepção utilitarista e rasa da vida* (p. 12), em que se

retoma a reportagem de capa, notamos uma gradação da indeterminação do sujeito: que vai de parcialmente indeterminado (**quem** acha que pode **comprar**) a totalmente indeterminado (**vender** a virgindade e **comprar** o apoio político). A revista Veja não está se referindo a uma ação específica, praticada por um sujeito específico, sendo assim, o espaço vazio do sujeito pode ser preenchido por todos aqueles que são adeptos dessas práticas.

O *autor* da carta confere ao conteúdo da discussão um caráter impessoal, uma vez que se vale de um dos expedientes de que dispõe a língua para indeterminar o sujeito. Para que isso ocorra, o infinitivo impessoal deve referir-se a um processo cujo agente (ou qualquer outro papel temático que o sujeito venha a exercer) tenha os traços [+humano], [+genérico]. O que se pretende focalizar é a ação, não um ser específico que possa realizá-la.

Ikeda (1980), Macedo (1991), Neves (2000) e Ribeiro (2006), autores citados por Santos Júnior (2010), concordam com o fato de que o infinitivo, nessas circunstâncias, possui

as características prototípicas de indeterminação do sujeito em português. Além disso, apesar de, em construções com infinitivo impessoal enfocar-se o processo verbal em si, o traço [+humano] desponta. De fato, é possível dizer que não se cogita a identidade de quem vai praticar a ação; todavia, intui-se que a ação vai ser praticada por um ser humano (SANTOS JÚNIOR, 2010, p. 49).

Por não haver um sujeito formal, pode-se inferir que todo mundo que praticar atos considerados ilícitos: *vender virgindade, comprar o apoio político etc.* poderá preencher o espaço vazio do sujeito, intencionalmente apagado. Levamos em conta a motivação pragmática para tal apagamento.

## **Editoria Brasil**

Esta Editoria está dividida em três gêneros: (1) notícia - *Nem tudo se compra* (p.72-73); (2) notícia - *Crítica da razão econômica* (p. 74-78); (3) entrevista (p. 78-79). Diferentemente da *Carta ao Leitor*, esta editoria é assinada e, nesta edição, os responsáveis são Jones Rossi e Guilherme Rosa.



Segundo Souza (2006, p. 20-21), agimos e interagimos por meio dos gêneros. Concordamos com a autora, quanto ao fato de

uma evidência da diversidade dos gêneros é a presença maciça da imprensa, falada, escrita e televisiva, na vida cotidiana através dos jornais, revistas e televisão, e seu papel de formadores de opinião junto ao público. Os textos opinativos e informativos da imprensa, realizados em gêneros diferenciados tais como o artigo, o editorial, a reportagem etc. contribuem decisivamente para a construção do mundo, uma vez que a sociedade é por eles influenciada (SOUZA, 2006, p. 20-21).

Fraser Bond (*apud* RABAÇA; BARBOSA, 2001, p. 513) assume que o gênero notícia "não é um acontecimento, ainda que assombroso, mas a narração desse acontecimento." Em perspectiva um pouco diferente Charles Dana (*apud* RABAÇA; BARBOSA, 2001, p. 513) vê a notícia como "algo que interessa a uma grande parte da comunidade e nunca tenha sido levado à sua atenção."

Os editores da revista *Colliers Weekly* (*apud* RABAÇA; BARBOSA, 2001, p. 513) definem notícia como tudo o que o público necessita saber; tudo aquilo que o público deseja falar; quanto mais comentário suscite, maior é o seu valor; "é a informação exata e oportuna dos acontecimentos, descobrimentos, opiniões e assuntos de todas as categorias que interessam aos leitores; são os fatos essenciais tudo o que aconteceu, acontecimento ou ideia que têm interesse humano."

A entrevista é um "trabalho de apuração jornalística que conta com o repórter e uma ou mais pessoas, de destaque ou não que se disponham a prestar informações" (RABAÇA; BARBOSA, 2001, p. 272-273). Na edição da Revista *Veja* em tela, o entrevistado é o filósofo Michael Sandel, de Harvard; e o entrevistador é o jornalista Guilherme Rossi.

De posse dos conceitos de notícia e de entrevista e também das ocorrências dos verbos *vender* (doze ocorrências) e *comprar* (dez ocorrências) nos dois gêneros, analisaremos a transitividade desses dois verbos nos gêneros em questão.

Acreditamos que pela própria natureza do gênero notícia e também a natureza do tema, os repórteres, para informarem ao leitor sobre algumas compras e vendas, que fogem ao limite da ética, fazem conjecturas como podemos ver a seguir: (1) "*Se quem vende e quem compra são adultos que agem de livre e espontânea vontade, e nenhum terceiro foi*

*prejudicado, não há porque proibir uma "transação" desse tipo." (2) No caso da prostituição, precisamos questionar se a pessoa que **vende** seu corpo é desesperadamente pobre. (3) "Ele (Michael Sandel) tem toda razão. É evidentemente doentia uma sociedade em que seja natural **vender** o filho recém-nascido, anunciar o próprio rim nos classificados dos jornais, leiloar a virgindade ou **comprar** votos ou a cumplicidade de partidos político as parlamentares." (4) "Os dilemas individuais também seriam atrozes. Um deles, muito amargo, seria produzido, por exemplo, por uma mãe que se arrependesse de ter **vendido** o bebê. Ou, pior ainda, uma mãe que tenha sido obrigada por um marido cruel a **vender** o filho contra sua vontade."*

Nesses casos, por se tratar de hipóteses criadas pelos jornalistas ou mesmo pelo entrevistado para subsidiar os argumentos, as ações de "comprar" e de "vender" não ocorreram, elas são apresentadas como contingenciais. Ainda assim, na escala de 0 (zero) a 10 (dez) de Transitividade, essas orações situam-se no ponto 7 (sete) da escala, uma vez que o afetamento do objeto, o aspecto do verbo e a modalidade da oração são marcados negativamente.

Mas a transitividade atinge o grau máximo (dez pontos na escala de Hopper e Thompson, 1980), no excerto: "Pacientes que não esperam viver muito **vendem** seu seguro por uma fração do prêmio estipulado e usam o dinheiro para custear seu tratamento ou apenas obter conforto nos últimos meses de vida. Quanto mais rápido vier a morte, maior será o lucro de quem **comprou** a apólice." Esse excerto faz parte da notícia em que os repórteres mostram a *lógica econômica* de empresas especializadas na compra "de apólices de seguro de vida de pessoas com doenças graves, nos Estados Unidos."

E, por fim, na entrevista de Michael Sandel, grande filósofo de Harvard, concedida a Guilherme Rosa, os verbos *comprar* e *vender* ocorrem quatro vezes, sendo duas ocorrências de cada verbo. As cláusulas que atingem o grau máximo de transitividade (dez pontos na escala) são aquelas em que o entrevistado apresenta as circunstâncias em que um corpo, um voto *podem ser vendidos*. Quando o entrevistado opina sobre a compra da cidadania americana por estrangeiros, a cláusula onde se encontra o verbo *comprar* perde três pontos na escala: o afetamento do objeto, o aspecto do verbo e a modalidade da oração. O verbo *comprar* presente na pergunta do entrevistador está numa ambiência altamente transitiva, uma

vez que se trata de um evento ocorrido no passado, que está muito presente na mídia, é o caso do mensalão.

## Conclusão

A transitividade é abordada nas gramáticas tradicionais, levando-se em conta o verbo e seus complementos, objeto direto e indireto. Essas gramáticas pautam as análises em frases descontextualizadas, além disso não deixam claro o conceito que orienta a proposta de análise dos verbos quanto à predicação. É nesse espaço de incongruências que este trabalho se inscreveu e objetivou, a partir da adoção de referenciais teóricos, como a gramática de valências e a gramática funcional, compreender e explicar o fenômeno da transitividade.

A gramática de valências nos permitiu analisar os constituintes eleitos como argumentos (A) dos verbos *comprar* e *vender*. Dessa forma, os traços [+humano; +intencional; +controlador] caracterizaram o A<sub>1</sub> codificado sintaticamente como Sujeito e semanticamente como Agente, presentes tanto no contexto com o verbo *comprar* quanto com o verbo *vender*. Em apenas uma ocorrência, o verbo *comprar* selecionou como A<sub>1</sub>, um Instrumental, como pode ser visto no exemplo: *O dinheiro compra tudo*. Com relação aos A<sub>2</sub> dos verbos *comprar* e *vender*, no *corpus*, encontramos elementos codificados sintaticamente como Objetos que se distanciam do rol dos bens materiais que podem figurar em eventos comerciais. Trata-se, nesse caso, de bens imateriais, tais como: *virgindade, voto, cidadania, sangue, rim, bebês etc.* Nessa perspectiva teórica, os verbos *comprar*, no sentido de *adquirir a posse de algo por meio do dinheiro* e *vender*, no sentido de *ceder (por certo preço)* comportam-se como verbos de *ação-processo*.

Hopper e Thompson (1980) veem a transitividade como uma noção contínua, escalar, não categórica, concebendo-a como um complexo de dez parâmetros sintático-semânticos independentes, que focalizam diferentes ângulos da transferência da ação em uma porção diferente da oração. Cada parâmetro proposto pelos autores contribui para a ordenação de orações na *escala de transitividade*, de acordo com o grau de transitividade que manifestam. Os dez parâmetros de transitividade formulados por Hopper e Thompson (1980) funcionam juntos e articulados.

Nessa perspectiva, considerando a natureza opinativa, informativa, persuasiva *etc.* dos textos escolhidos para análise, em que o objetivo é, entre outras coisas, convencer o leitor a aderir às ideias nos textos veiculadas, fica evidente que: (i) a *transitividade alta*, na Carta ao Leitor, se dá quando o *autor* fala sobre o mensalão; na reportagem, sempre que Jones Rossi e Guilherme Rosa, jornalistas responsáveis pela matéria, abordam questões referentes à compra de apólice de seguro de vida, nos Estados Unidos; (ii) a *transitividade baixa*, se dá nesses mesmos textos, quando há a intenção de generalizar as ações de *comprar* e de *vender* ou quando os responsáveis pelos textos fazem conjecturas. Isso ratifica a proposição de Hopper e Thompson (1980), no que tange à função discursivo-comunicativa da transitividade, em que o maior ou menor grau de transitividade de uma sentença reflete a maneira como o falante estrutura o seu discurso para atingir seus propósitos comunicativos.

Acreditamos que esta proposta de análise, a partir dos referenciais teóricos adotados, além de ser mais abrangente do que aquela consignada nas gramáticas tradicionais, permite uma compreensão melhor do fenômeno da transitividade, já que pauta a análise na língua em uso, considera a transitividade da oração, relacionando-a a uma função pragmática. Com isso, permite-nos ver que o modo como o falante organiza seu texto é determinado, em parte, pelos seus objetivos comunicativos e, em parte, pela sua percepção das necessidades do seu interlocutor. Dentro dessa proposta, é possível distinguir o que é central e o que é periférico nos textos.

## Referências

- ABREU, A. S. *Gramática mínima: para o domínio da língua padrão*. São Paulo: Ateliê, 2003.
- BORBA, F. S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo, Ática, 1996.
- CAVALCANTE, M. M. Facultatividade e omissão de complementos verbais. In: *Revista de Letras*, v. 19, n. 1/2, jan/dez 1997.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 18. ed. São Paulo: Nacional, 1979.
- CHAFE, W. L. *Significado e estrutura linguística*. Trad. Maria Helena de Moura Neves et al. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1970.

CROFT, W. *Syntactic Categories and Grammatical Relations: the cognitive organization of information*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

FILLMORE, C. J. The case for case. In: BACH, E.; HARMS, R. (Eds.). *Universals in Linguistic theory*. New York: Holt, Reinhart and Winston, 1968.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; COSTA, M. A.; CEZÁRIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.) *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GRITTI, L. L. Análise do gênero carta ao leitor da revista veja sob a perspectiva de Bakhtin. *Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura Letra Magna*, ano 6, n.13, 2010.

HELBIG, G. *Valenz satzglieder-semantische kasus-stzmodelle*. Leipzig: Verb verlag Enzyklopedie, 1982.

HOPPER, P.; THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, 56(2), p. 251-299, 1980.

IGNÁCIO, S. E. *Análise sintática em três dimensões: uma proposta pedagógica*. Franca-SP: Ribeirão Gráfica e Editora, 2002.

KURY, A da G. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 1993.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. G. *Dicionário de comunicação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 24. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

SAIB, A. de A. Questões em torno da (in)transitividade verbal. In: AMORIM, C. M. da S.; ROCHA, L. H. P. *(In)transitividade na perspectiva funcionalista da linguagem*. Vitória: Edufes, 2008.

SAID ALI, M. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1964.

SANTOS JÚNIOR, A. J. *A indeterminação do sujeito em português: do verbo ao discurso*. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Letras, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.

SOUZA, M. M. Transitivity and construction of meaning in the editorial genre. 2006. 418 f. Tese

(Doutorado em Letras) - Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco. 2006.

TESNIÈRE, L. *Éléments de syntaxe structurale*. Paris: Klincksiek, 1965 [1959].

TÓFOLI, L. F.; GOMES, V. B. As cores da manipulação política nas capas da revista *Veja*. In: XVII CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE. 17., 2012, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto : UFOP, 2012.

VILELA, M. *Gramática de valências: teoria e aplicação*. Coimbra: Almedina, 1992.